



**FIOS E DESAFIOS - ASSOCIAÇÃO DE APOIO
INTEGRADO À FAMÍLIA**

CPV 02/2020

**FORNECIMENTO CONTÍNUO DE
COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO ATRAVÉS DE
CARTÃO FROTA**

Convite

DEZEMBRO DE 2020

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (doravante designado por CCP), convida-se V. Exa. a apresentar proposta, em conformidade com os artigos 56.º a 66.º do supracitado diploma legal, para a “Fornecimento contínuo de combustível rodoviário através de cartão frota.”

O presente procedimento encontra-se classificado com o código 09100000-0 Combustíveis, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família, com o NIF 509 770 452, com sede na Rua do Heroísmo, n.º 113 - 4300-258, Porto, com o telefone: 225 303 036 e endereço eletrónico: fiosedesafios@fiosedesafios.com.

2. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi efetuada em despacho pela Direção, em reunião de 02 de dezembro de 2020.

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA

- a. De modo a garantir o regular funcionamento da Fios e Desafios e a suprir as necessidades daí decorrentes, verifica-se a necessidade de adquirir combustível rodoviário para as viaturas.
- b. A satisfação da identificada necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade da Fios e Desafios assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização.
- c. A escolha do procedimento para a formação do contrato fundamenta-se no disposto na alínea c) do artigo 20.º do CCP.

4. PREÇO BASE

O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, através dos custos médios unitários, resultantes de anteriores fornecimentos, para prestações do mesmo tipo.

5. ORGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri do procedimento no uso das competências delegadas em reunião de direção, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, disponível no endereço: www.acingov.pt.

6. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DO PROCEDIMENTO

- a. Os esclarecimentos e erros e omissões apresentados pelos interessados e necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devem ser solicitados por escrito à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- b. Os esclarecimentos e erros e omissões a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pela mesma via, conforme descrito no CCP, até ao fim do segundo terço ou até ao dia anterior ao termo do prazo.
- c. Dos esclarecimentos prestados e das retificações efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos concorrentes e publicitada através do mesmo meio, de acordo com o artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
- d. O incumprimento do dever a que se refere o número anterior tem a consequência prevista nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do CCP.

7. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- a. A proposta deve ser instruída nos termos dos artigos 57.º e 58.º do CCP e deve ser apresentada em conformidade com o disposto no artigo 62.º do mesmo diploma legal, devendo ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a.1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - a.2. Proposta de preço de acordo com o **Anexo IV** que se junta em anexo ao presente convite;
 - a.3. Comprovativo de licença/alvará para exercer a atividade;
 - a.4. Lista de locais que possibilitam o abastecimento, com possibilidade de utilização de cartão frota, incluindo a identificação de locais de abastecimento no concelho do Porto e respetivas moradas, com indicação do local mais próximo (referindo a distância em quilómetros) da sede da Fios e Desafios, sita Rua do Heroísmo, n.º 113 - 4300-258, Porto.
 - a.5. Certidão permanente atualizada ou documento equivalente;

- a.6. Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a formulação da sua proposta.
- b. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.

8. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- a. A proposta, bem como os documentos que a instruem, serão apresentados até às 18h00 horas do 8.º dia, pelo concorrente ou seu representante, após disponibilização das peças do procedimento (convite e caderno de encargos), na plataforma eletrónica de contratação pública.
- b. A entrega da proposta do presente procedimento deverá ser efetuada através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível através do endereço eletrónico: www.acingov.pt.
- c. O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta **e todos os documentos** que lhe associarem, independentemente do formato do ficheiro, de acordo na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, sob a pena de exclusão da proposta.
- d. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes deverão proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- e. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita na alínea c. do presente normativo.

9. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

10. PREÇOS DA PROPOSTA

- a. Na proposta deverá constar obrigatoriamente o preço total, preços unitários e valor de descontos, que não devem incluir o IVA;
- b. Entende-se como preço da proposta, o valor total resultante do produto do preço unitário apresentado pelo concorrente, já com a aplicação do valor do desconto proposto, face ao valor de referência do concorrente, que não pode ser superior ao preço médio de venda ao

público, publicado pela DGEG, qualquer um deles, datado do dia de envio do convite com os consumos estimados no Caderno de Encargos.

- c. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- d. O valor do desconto proposto pelo concorrente deve manter-se durante o período de vigência do contrato, sendo considerado o desconto mínimo admissível de 0,08€ (oito cêntimos).
- e. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

11. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

12. NEGOCIAÇÃO

A proposta não está sujeita a negociação.

13. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

14. CRITÉRIO DE DESEMPATE

No caso da obtenção da mesma pontuação em mais de uma proposta (empate), será adjudicada aquela que tiver apresentado a condição mais favorável, pela seguinte ordem de prioridade, só se avançando na ordem se o empate subsistir:

- a. A proposta que apresentar maior valor de desconto;
- b. Através de sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- a. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no ponto 13 - Critério de adjudicação, do presente convite.
- b. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º por remissão do artigo 122.º e 70.º do CCP.
- c. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente convite.

16. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

- a. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- b. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão nos termos do ponto 15 do presente convite.
- c. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

17. RELATÓRIO PRELIMINAR

- a. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
- b. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas, nos termos do n.º 2 do art.º 146.º por remissão do artigo 122.º e do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
- c. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, que não cumprem o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.

18. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **3 (três) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos.

19. RELATÓRIO FINAL

- a. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do Artigo 146.º do CCP.
- b. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- c. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- d. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

20. ADJUDICAÇÃO

- a. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
- b. Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte da Entidade Adjudicante, será a mesma notificada ao concorrente até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.

21. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- a. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.
- b. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - i. Apresentar os documentos de habilitação;
 - ii. Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades.
- c. A notificação referida na alínea a. é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a. Nos procedimentos de formação de quaisquer contratos o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - i. Declaração emitida conforme modelo Anexo II do CCP, que faz parte integrante deste convite;
 - ii. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iv. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea h), do artigo 55.º do CCP;
 - v. Declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio (Anexo III ao presente convite).
 - vi. Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo.
- b. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
- c. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

23. CAUÇÃO

De acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida prestação da caução.

24. PRAZOS PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de **três dias úteis**, a contar da data da notificação da adjudicação.
- b. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias.

25. ACEITAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

- a. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao Adjudicatário.
- b. A minuta considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.

26. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- a. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de trinta (30) dias a contar da data da aceitação da minuta, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- b. A Entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, no caso de assinatura presencial do contrato, com a antecedência mínima de cinco (5) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
- c. No caso de assinatura por meios eletrónicos a outorga e remessa do contrato deve ser feita no prazo de 3 dias.
- d. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em b. e c.

27. FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

28. ENCARGOS DO CONCORRENTE

- a. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução.
- b. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

29. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.

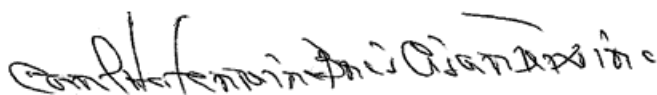
30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que for omissivo no presente, observar-se-á o disposto no CCP, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e demais legislação aplicável.

31. ANEXOS

Em anexo remete-se:

- o **Anexo I** - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável];
- o **Anexo II** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º];
- o **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- o **Anexo IV** – Modelo de proposta de preço;
- o **Caderno de Encargos**.



Joane Cristine Bis Gese Teixeira

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como

Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família

Rua do Heroísmo, n.º 113 - 4300-258 Porto

Tel. 225303036 | fiosedesafios@fiosedesafios.com



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO

PORTUGAL
2020



UNION EUROPEEN
FUND FOR EUROPE

candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO II
Modelo de declaração
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º relativo a (objeto do contrato) lançado pela (entidade adjudicante), declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

ANEXO IV
Modelo de proposta

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva nº _____, obriga-se a executar o fornecimento objeto da presente Consulta Prévia 02/2020 relativo ao fornecimento contínuo de combustível rodoviário através de cartão frota, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis meses) meses, englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

O valor total da proposta corresponde a seguinte distribuição:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE ESTIMADA 12 MESES (L)	PREÇO DE REFERÊNCIA DO CONCORRENTE (NO DIA DE ENVIO DO CONVITE)	DESCONTO PROPOSTO (€)	PREÇO UNITÁRIO COM APLICAÇÃO DO DESCONTO (€)	PREÇO TOTAL 12 MESES (€)	PREÇO TOTAL 36 MESES (€)
Gasóleo		____,____€	____,____€	____,____€	____,____€	____,____€
Gasolina		____,____€	____,____€	____,____€	____,____€	____,____€

Sendo aplicado em cada semana de consumo, o valor de referência do concorrente, o qual após aplicação do desconto, não poderá ser superior ao preço médio retirado do site www.dgeg.pt ; "Estatísticas e Preços"; "Preços e Fiscalidade"; "Preços de Combustíveis em Portugal Continental"; "Preços de Combustíveis (a partir de 2004)", não estando incluído o IVA à taxa legal em vigor (tendo como referência o dia de envio do convite).

Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal de _____ (extenso).

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data: ____/____/____

(Assinatura de representante da entidade)

Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família

Rua do Heroísmo, n.º 113 - 4300-258 Porto

Tel. 225303036 | fiosedesafios@fiosedesafios.com